

MARCHA DAS MARGARIDAS 2019



BRASÍLIA - 13 e 14 de agosto de 2019

CONTINUAMOS EM MARCHA



COMPANHEIRAS!

A cada dia, em cada comunidade, damos mais um passo e ampliamos os caminhos de construção desta forte ação, que é a 6ª Marcha das Margaridas!!!

A história mostra que as Margaridas, as mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas não fogem à luta. No último período, estivemos nas comunidades, assentamentos, rios, roçados, florestas e periferias resistindo ao golpe de 2016 e seus desdobramentos, que atacaram a democracia, os direitos conquistados e a vida das mulheres brasileiras.

Nas eleições de outubro deste ano, renovamos nossa esperança em um país feliz de novo. Movidas pelos ideais da soberania e democracia, entramos em campanha, na defesa de candidaturas comprometidas com o projeto popular, agroecológico e feminista.

Se por um lado, nós, como mulheres, fomos fortemente atacadas por candidaturas caluniosas e cheias de ódio contra mulheres, negr@s, indígenas, populações LGBTQs e outros tantos segmentos excluídos, por outro lado, não temos dúvida de que este processo eleitoral nos deixou mais firmes e atentas. Não baixaremos a guarda, pois, dentre outras coisas, estão em jogo nossas vidas, a democracia, o patrimônio do povo brasileiro, a agricultura familiar e os bens comuns da natureza. O Brasil e a democracia, mais do que nunca, precisam da luta das Margaridas.

Por tudo isso, assumimos o lema ***Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência*** como



referência da nossa Marcha. Por meio dele, anunciamos a Plataforma Política pela qual lutamos todos os dias, desde o momento em que trabalhamos na roça e em casa, nos organizamos no sindicato, até a hora em que junto com as outras companheiras defendemos nossos direitos como mulheres e trabalhadoras.

Em agosto de 2019, ocuparemos Brasília pela agroecologia, conservação do meio ambiente e valorização dos modos de vida reproduzidos no campo, na floresta e nas águas. Ocuparemos Brasília para lutar por e soberania popular, com justiça social e em defesa dos nossos territórios. Ocuparemos Brasília para construir uma sociedade livre de violência de gênero e racial, por um país sem homofobia e sem intolerância religiosa.

Para animar o processo de mobilização e debate, produzimos esta cartilha que reúne importantes informações sobre a nossa 6ª Marcha das Margaridas. Envolvam todas as mulheres que querem integrar essa luta... vamos conversar sobre a Marcha, debater nossas realidades, propor e construir estratégias que transformem o nosso País. Vamos fortalecer as alianças com os diversos movimentos e grupos de mulheres comprometidos com esta transformação, pois, mais do que nunca, é hora de unirmos mãos com mãos.

Marchamos juntas, com nossa força, criatividade e ousadia!!!!

Maria José Moraes Costa
Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Agricultoras Familiares da CONTAG
Coordenadora Geral da Marcha das Margaridas



O CANTO DAS MARGARIDAS

MÚSICA E LETRA: LOUCAS DE PEDRA LILÁS



Olha Brasília está florida
Estão chegando as decididas
Olha Brasília está florida
É o querer, é o querer das
Margaridas

Somos de todos os novos
De todo tipo de cabelo
Grandes, miúdas, bem erguidas
Somos nós as Margaridas

Nós que vem sempre suando
Este país alimentando
Tamos aqui para relembrar
Este país tem que mudar!

Olha Brasília está florida...

Água limpa sem privar
Sede de todos acalmar

Casa justa pra crescer
Casa justa pra crescer
Saúde antes de adoecer

Terra sadia pra lucrar
Canja na mesa no jantar
Um mínimo para se ter
Um mínimo para se ter
Direito à paz e o prazer

E dentro e fora punição
Pra quem abusa do bastão
Do ser patrão, do ser machão
Não pode não, não pode não
Não pode não, não pode não!

Olha Brasília está florida...

É o querer, é o querer das Margaridas!
É o querer, é o querer das Margaridas!

A MARCHA E AS MARGARIDAS



O QUE É A MARCHA DAS MARGARIDAS?

É uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas para conquistar visibilidade, reconhecimento social, político e cidadania plena. A Marcha se constrói a partir de amplo processo formativo, de debate, ação política e mobilização, desenvolvido pelas mulheres desde suas comunidades, municípios e estados, até chegar às ruas da capital do País.

Coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), suas 27 Federações e mais de 4 mil Sindicatos filiados, a Marcha das Margaridas se constrói em parceria com os movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais.

Desde o seu surgimento, no ano 2000, a Marcha vem se construindo como a maior e mais efetiva ação de luta das mulheres do campo, da floresta e das águas, contra a exploração, a dominação e todas as formas de violência e em favor de igualdade, autonomia e liberdade para as mulheres.





QUEM SÃO AS MARGARIDAS?

São as mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, que em marcha tecem suas experiências comuns de vida e luta. Quando surgiram no espaço público, as Margaridas se afirmaram como trabalhadoras rurais. A partir da Marcha de 2007 passaram a se nomear “mulheres do campo e da floresta”.

Em 2015, a denominação “mulheres das águas” foi incluída, para afirmar a diversidade das mulheres rurais, como agricultoras familiares, camponesas, sem-terra, acampadas, assentadas, assalariadas, trabalhadoras rurais, artesãs, extrativistas, quebradeiras de coco, seringueiras, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e tantas outras identidades construídas no País.



MARGARIDA ALVES VIVE EM NÓS



Nossa Marcha tem como força inspiradora a luta de Margarida Maria Alves, uma mulher trabalhadora rural nordestina, que rompendo com padrões tradicionais de gênero ocupou, por 12 anos, a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba.

Líder sindical bastante influente, Margarida incentivava as trabalhadoras e trabalhadores rurais a buscarem na justiça a garantia de seus direitos. Mesmo sofrendo muitas ameaças por se opor aos interesses dos latifundiários e patrões da região, Margarida não se abateu! Construiu uma trajetória sindical de luta pelo direito à terra, pela reforma agrária, por melhores condições de trabalho e contra as injustiças sociais e o analfabetismo, tendo fundado, enquanto esteve à frente do sindicato, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural.

No dia 12 de agosto de 1983, aos 40 anos de idade, esta grande lutadora do povo foi brutalmente assassinada, na porta de sua casa. Mas Margarida espalhou sua semente... Seu nome se tornou um símbolo nacional de força e coragem cultivado pelas mulheres e homens do campo, da floresta e das águas. É em nome dessa luta que a cada quatro anos, no mês de agosto, milhares de Margaridas de todos os cantos do País marcham em Brasília, num clamor por justiça, igualdade e paz no campo e na cidade.

O CAMINHO DAS MARGARIDAS

E stamos inseridas no processo de construção de nossa 6ª Marcha das Margaridas. Os caminhos que nos trouxeram até aqui são de muita resistência, ousadia, coragem e criatividade, trilhados pelas mulheres do campo, da floresta e das águas e do conjunto de movimentos que fazem desta Marcha uma das mais importantes ações para o avanço da luta feminista.

Você conhece a história de todas as edições da Marcha das Margaridas? Já participou de alguma delas? Ouviu falar dos desafios enfrentados pelas mulheres para realiza-las? Pensando sobre estas perguntas, construímos uma linha do tempo que nos mostra um pouco sobre os caminhos de construção das cinco Marchas. Veja a seguir:



LINHA DO TEMPO DA MARCHA

ANTECEDENTES

Os anos 80 marcam a luta das mulheres por reconhecimento como trabalhadoras rurais e direito à previdência e sindicalização. Na década de 90 fortaleceram sua organização sindical, criando as Comissões e Coordenações de Mulheres e aprovando a cota de participação de, no mínimo, 30% de mulheres nas instâncias deliberativas. Era preciso ainda, uma ação ampla que visibilizasse as demandas e luta das mulheres no país.

MARCHA 2003

Fortalecidas pela Marcha de 2000, 40 mil mulheres chegaram à Brasília, com o lema **“2003 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”**, depois dos processos de debate em seus territórios. Reafirmando o lema anterior, as Margaridas negociaram pauta de reivindicações junto ao governo popular do presidente Lula. Uma das conquistas foi o título das terras destinadas à reforma agrária em nome de mulheres e homens. As Margaridas também elaboraram pauta interna, visando promoção da igualdade de gênero no sindicalismo rural.

MARCHA 2000

A primeira Marcha reuniu 20 mil mulheres em Brasília para denunciar o efeito das medidas neoliberais em suas vidas, como expressou o lema: **“2000 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”**. A Marcha foi uma das iniciativas realizadas pelas mulheres, ao redor do mundo, que integrou as ações da Marcha Mundial de Mulheres.



MARCHA 2007

Construída a partir dos debates na base, a Marcha 2007 se realiza no contexto do segundo governo Lula. 70 mil mulheres chegaram à capital do país para defender uma pauta de reivindicações que tinha por eixos centrais: terra, água e agroecologia; soberania e segurança alimentar; trabalho, renda e economia solidária. Em 2007, reafirmou-se o lema: **“2007 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”**.



MARCHA 2011

Fortalecidas pela eleição da primeira presidenta do Brasil, 100 mil Margaridas vieram às ruas com o lema: **“2011 razões para marchar - por Desenvolvimento Sustentável, com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”**. Importantes conquistas foram anunciadas pelo governo de Dilma Rousseff. Teve lugar nesta Marcha a Mostra das Margaridas, aonde foi comercializada a produção das mulheres do campo e da floresta.



MARCHA 2015

Em 2015, já se armava o golpe político contra a Presidenta, reeleita, Dilma Rousseff. Assim, 100 mil mulheres do campo, da floresta e das águas marcharam, resistindo ao impeachment e em solidariedade à presidenta, pelos ataques sofridos neste período. Através do lema reafirmaram que as **“Margaridas seguem em marcha - Por Desenvolvimento Sustentável, com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”**.



ALGUMAS DE NOSSAS CONQUISTAS

ACESSO À TERRA E DOCUMENTAÇÃO, APOIO ÀS MULHERES ASSENTADAS

- Criação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR (com unidades móveis em todos os estados), através do qual foram atendidas mais de um milhão de mulheres;
- Titulação Conjunta Obrigatória da terra – Edição da Portaria 981, de 2 de outubro de 2003. Em decorrência disso, hoje, mais de 70% dos títulos de terra emitidos têm a mulher como primeiro titular;
- Revisão dos critérios de seleção de famílias cadastradas para facilitar o acesso das mulheres à terra;
- Edição da Instrução Normativa 38, de 13 de março de 2007, para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, dentre elas a prioridade às mulheres chefes de família.

APOIO À PRODUÇÃO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

- Criação do Pronaf Mulher e ampliação da participação das mulheres no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), com garantia da destinação de 30% do total de recursos para uso exclusivo das mulheres;
- Inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de Ater e da Ater para Mulheres, passo importante para que na 2ª Conferência Nacional do Desenvolvimento Rural fosse deliberada a PARIDADE na Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), ou seja, 50% de atendimento para as mulheres, medida oficializada a partir do Plano Safra de 2014/2015;
- Criação do Programa de Apoio à Organização Produtiva das Mulheres;
- Criação e implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo);
- Criação do Programa de Habitação Rural com Comitê Gestor que integre a participação efetiva das mulheres trabalhadoras rurais e garanta moradias para as mulheres “chefes de família” e escritura conjunta do casal para imóveis rurais obtidos por meio do programa.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Manutenção da aposentadoria das mulheres aos 55 anos;
- Inclusão de ações específicas para a ampliação e garantia de direitos das mulheres empregadas rurais na Política Nacional de Empregados Rurais.

SAÚDE

- Implementação do Projeto de Formação de Multiplicadoras(es) em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos em convênio com o Ministério da Saúde;
- Reestruturação do Grupo Terra, responsável pela construção da política de saúde para a população do campo.

EDUCAÇÃO

- Criação da Coordenadoria de Educação do Campo no MEC;
- Constituição de Grupo de Trabalho Interinstitucional para a Educação Infantil no Campo com o objetivo de definir Diretrizes para a elaboração da Política Nacional de Educação Infantil do Campo, que orientem a implementação de creches no meio rural.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

- Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta;
- Criação e funcionamento do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta;
- Elaboração e inserção de diretrizes na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres voltadas para o atendimento das mulheres rurais;
- Entrega de 54 Unidades Móveis em áreas rurais para o atendimento às mulheres em situação de violência, incluindo unidades móveis pluviais para a Região Amazônica;
- Criação de Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas.



POR QUE CONTINUAMOS MARCHANDO?



A eleição 2018 reuniu um sentimento importante de retomada da democracia, afinal, ela se realizou em meio ao golpe parlamentar jurídico-midiático de 2016, que destituiu a primeira mulher presidenta da República, eleita democraticamente, Dilma Rousseff. Viver todo esse processo não tem sido nada fácil.

Promovido por uma campanha baseada em pouco debate e muito investimento em farsas e Fake News, espalhadas pelas redes sociais, Jair Bolsonaro, do PSL, elegeu-se presidente da República, com 39,1% dos votos totais, ou seja, sem o apoio da maioria das(os) brasileiras(os). Mais de 60% do eleitorado não o apoiou, seja por votar em Haddad/Manuela (quase 32%) ou por abster-se, anular ou votar em branco (aproximadamente 29%).

É preciso compreender que os resultados do pleito eleitoral 2018 vêm de um processo de des-

tabilização política e de descrença na democracia, que deu seus primeiros sinais nas jornadas de junho de 2013, e culminou com a polarização política que se acentuou nas eleições de 2014. Depois da vitória de Dilma, o golpe parlamentar-jurídico-midiático retirou seu mandato e, na sequência, colocou na prisão, sem provas, Lula da Silva, impedindo-o de concorrer às disputas presidenciais.

Sobre o presidente eleito, sabe-se que, ao longo dos seus 28 anos de carreira política, disseminou posicionamentos favoráveis à tortura e de cunho racista, homofóbico e violento, além de utilizar o discurso de ódio contra as mulheres, indígenas, quilombolas e o povo trabalhador. O ódio disseminado durante o processo eleitoral gerou campanhas mais violentas, casos de violência e morte motivados por divergências políticas, demonstrando o clima de guerra que quiseram instalar.

Se é verdade que a Câmara dos Deputados e o Senado apresentaram as maiores taxas de renovação das últimas décadas, com a eleição de uma maioria que nunca havia conquistado uma cadeira no Congresso Nacional, é verdade também que se trata de uma renovação, em grande parte, conservadora. A candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) impulsionou o aumento do número de parlamentares de extrema direita. Manteve-se ou ampliou-se o número de representantes das bancadas da bala, ruralista e evangélica. Mesmo a bancada feminina, que aumentou de 51 para 77 mulheres, tem, na sua maioria, representantes ligadas a partidos de direita ou de extrema direita, herdeiras de figuras tradicionais na política ou defensoras de propostas que divergem das pautas históricas dos movimentos feministas.

Em contraponto às expressões do conservadorismo, candidaturas, movimentos, artistas, intelectuais e pessoas comuns mobilizaram-se em torno das pautas progressistas. Uma das ações de maior expressão foi protagonizada pelas mulheres, que com a campanha #EleNãO, movimentaram, nas redes e nas ruas, milhares de pessoas no País e no mundo, que expressaram profundo repúdio ao risco de uma agenda fascista representada pela chapa Bolsonaro-Gener

al Mourão. Se por um lado teremos à frente do País, em 2019, uma nova direita, ainda mais radical, por outro, o campo democrático e popular construiu caminhos de resistência importan-

tes, através do diálogo popular, da militância e das candidaturas na rua. Além de essas iniciativas politizarem o debate eleitoral, elas permitiram a conquista de uma expressiva bancada no Congresso Nacional, a exemplo da bancada do Partido dos Trabalhadores, que é a maior da Câmara dos Deputados. Todo esse legado deve potencializar a disputa na sociedade de valores, ideias e políticas públicas para o Brasil.

O cenário nos coloca a pergunta: o que teremos de enfrentar no governo de Jair Bolsonaro?

- Um governo ultraliberal que deve aprofundar a agenda de Michel Temer (afinal, na condição de deputado, Bolsonaro votou favorável a muitas de suas medidas) no que diz respeito à venda das riquezas nacionais, as privatizações.
- Menos direitos e mais exploração da mão de obra de trabalhadores e trabalhadoras, gerando, com isso, o acirramento da guerra de classe, expressos no possível fim ou fragilização do Ministério do Trabalho, do Ministério do Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos.
- Aprovação de medidas antipopulares, que inclui as Reformas do Estado, sendo a principal delas a reforma da previdência, que já indica ataques aos direitos dos trabalhadores(as).
- Avanço ainda maior do poder econômico e empresarial sobre a terra e os territórios, levando ao endurecimento da luta pela terra e a não demarcação de novos territórios para os povos indígenas e comunidades quilombolas.



- Aumento no grau de violência e repressão do Estado contra os(as) ativistas e movimentos sociais.
- Aumento da violência nas cidades e no campo, incluindo a repressão das lutas e movimentos sociais. Duas medidas defendidas pelo presidente eleito podem favorecer esse cenário: 1) facilitar o acesso de pessoas físicas a armas de fogo; 2) mudar a legislação, para permitir que policiais não respondam criminalmente pelo uso da força e por mortes ocorridas em serviço.
- Retirada da agricultura familiar do foco de implementação de políticas públicas diferenciadas, a partir da possível criação de uma “nova estrutura federal agropecuária” que juntará diversas pastas e será comandada pelos interesses do mercado e do setor produtivo.
- Flexibilização da legislação que regula a exploração econômica de áreas verdes preservadas, inclusive na Amazônia, restringindo ou “segurando” as multas e fiscalizações feitas pelos órgãos ambientais, para atender interesses do agronegócio.
- Maior exploração da Amazônia, principalmente para obtenção de recursos minerais, o que inclui a regulamentação da exploração de mineração em terras indígenas e a expansão de hidrelétricas na região.

O resultado das urnas aponta um presente e um futuro desafiador para a agricultura familiar no Brasil, principal-

mente, quando nos damos conta de que em um passado ainda recente, podíamos ter acesso a programas e políticas públicas diferenciadas que chegavam, sobretudo, às mulheres que habitam os territórios rurais do nosso País, contribuindo com sua emancipação social, autonomia econômica e o combate à fome e à pobreza.

O atual momento nos convoca a lutar pela reconstrução da democracia e pela manutenção dos direitos. A Marcha das Margaridas tem pela frente um período de desafios na resistência. Seguimos mobilizadas junto aos movimentos sociais e demais forças democráticas e populares de nosso País, discutindo a nossa plataforma política com as mulheres e trabalhando na construção de um projeto de desenvolvimento para o Brasil que seja democrático, popular, feminista, antirracista, justo, soberano, agroecológico e livre de violência. Lutaremos para que não avance a agenda antidemocrática, privatista, contrária aos direitos da maioria da população. A luta continua, companheiras!

Nós, mulheres do campo, da floresta e das águas, acreditamos na Agroecologia e na agricultura familiar como bases concretas de transformação para a nossa sociedade. Orientadas por esta luta, precisamos fortalecer as nossas organizações para ganharmos força no diálogo institucional e ocupar as ruas em defesa do estado democrático, dos direitos humanos fundamentais, da agricultura familiar e da vida. Não aceitaremos retrocessos em relação aos nossos direitos.

Avante Margaridas! Pela democracia, pelos povos do campo, da floresta e das águas!



A MARCHA 2019: LEMA E CARÁTER



É O QUERER DAS MARGARIDAS...

Diante dos desafios colocados pela conjuntura, a Marcha das Margaridas 2019 traz como lema *Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência*. Por meio dele, afirmamos um país soberano, construído a partir da vontade do povo; um país democrático, tendo a justiça social, a liberdade e a igualdade de oportunidades para as mulheres como pilares de nossa luta. Por isso, a nossa Marcha tem o caráter de:

- **Denúncia e protesto** contra as condições de vida no campo, a pobreza, a desigualdade econômica e social, a violência, o racismo, a homofobia e a exclusão das mulheres das políticas públicas;
- **Resistência e enfrentamento** ao avanço da agenda antidemocrática, conservadora e privatista. Reafirmamos a manutenção e garantia de direitos, a soberania popular, com democracia, relações igualitárias e uma vida livre de racismo e violência contra as mulheres;
- **Proposição e pressão** para efetivação de ações visando à construção do projeto popular, sustentável, democrático, feminista, antirracista, soberano, agroecológico e livre de violência, construído e defendido pelas mulheres do campo, da floresta e das águas e expresso na Plataforma Política da Marcha das Margaridas. O caráter propositivo e de pressão, para avançar na garantia de direitos, políticas públicas e programas voltados às mulheres rurais, inclui processos de reivindicação e negociação com os poderes políticos em seus diferentes âmbitos (municipal, estadual e federal), como também o diálogo público sobre a Plataforma da Marcha, com sociedade e organismos e instâncias internacionais.



EIXOS POLÍTICOS DA MARCHA 2019



1. POR TERRA, ÁGUA E AGROECOLOGIA

A história de organização e luta dos povos do campo, da floresta e das águas está ligada à garantia do direito à terra, tendo a reforma agrária como referência para viabilizar projetos de vida coletivos, orientados pela produção de alimentos saudáveis e reprodução da cultura local. Nesse sentido, a luta das Margaridas por terra está diretamente ligada ao direito à água (fundamental à produção e à vida) e à construção da agroecologia (como modo de vida e produção comprometida com o meio ambiente, a geração de alimentos saudáveis e as pessoas).

A pressão do agronegócio sobre as terras camponesas, indígenas e quilombolas, a omissão do Estado brasileiro quanto à implantação de políticas para o campo e de garantia dos territórios tradicionais, tem aumentado os conflitos por terra no Brasil. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostrou que, em 2017, foram registrados mais de 71 assassinatos. A falta de compromisso governamental se confirma pelos desmontes, pós-golpe de 2016, das políticas de Reforma Agrária, de fomento à agroecologia e produção orgânica e de acesso à água. Junto a isso, a instalação de grandes projetos energéticos e de mineração, sem participação popular, tem agravado o cenário de contaminação e controle das águas e das terras no interior do Brasil.

Para responder aos desafios de erradicação da fome e promoção de vida digna às mulheres e homens do campo, da floresta e das águas, é preciso que Estado brasileiro tome a decisão política de fortalecer políticas que democratizem o direito à terra e aos meios de produção sustentáveis. Por isso, seguiremos em marcha por terra, água e agroecologia.

2. PELA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS, COM SOBERANIA ALIMENTAR E ENERGÉTICA

O princípio da autodeterminação dos povos garante à população o direito de se autogovernar e escolher sobre o destino do país, sem dependência ou interferência externa, garantindo, assim, a sua soberania, inclusive, em relação à definição de suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos.

O sistema alimentar dominante determina o que se deve produzir e comer, baseando-se na concentração da terra, na expansão das monoculturas, no uso de agrotóxico e no controle exercido pelas transnacionais desde a modificação das sementes até a comercialização dos produtos. Há, ainda, uma matriz energética nacional concentrada nas mãos de poucas empresas, que adota o modelo de alto impacto ambiental e social, baseado em hidrelétricas e combustíveis fósseis, que são caros e expulsam famílias de suas terras. A soberania alimentar é parte constitutiva da soberania popular.

A Marcha das Margaridas 2019 defende a soberania do povo brasileiro, reafirmando a sua participação nas decisões para a consolidação de um país com justiça ambiental, social e econômica, que assegure soberania alimentar e energética, sobretudo, num momento em que governantes propõem entregar e privatizar o patrimônio nacional.

3. PELA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE E ACESSO AOS BENS COMUNS

Entendemos por bens comuns todos os elementos indispensáveis à vida e que devem ser compartilhados por todas as pessoas de uma sociedade, como a terra, a água, os minérios, as florestas e os bens e valores da biodiversidade, a qual consiste na variedade de organismos vivos presentes na natureza (plantas, animais e microrganismos), e que constituem os ecossistemas (terrestres, marinhos, os complexos ecológicos, etc.). A sociobiodiversidade resulta justamente da relação entre cultura/saberes e a biodiversidade (diversidade de bens da natureza); um exemplo são as cadeias produtivas de interesse coletivo criadas por agricultoras(es) familiares.

São milhares de camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, extrativistas que sobrevivem do uso sustentável da biodiversidade com práticas que expressam o saber acumulado sobre os ecossistemas, o patrimônio genético, as formas sustentáveis de produção e conservação das sementes, alimentos, plantas medicinais e domesticação das espécies, práticas cotidianas que trazem benefício ao conjunto da sociedade e à vida do planeta. Para cumprirem este papel de guardiãs da biodiversidade, estas mulheres precisam resistir à ação de controle e destruição exercida pelo agronegócio e corporações transnacionais. Assim, as Margaridas, que são guardiãs dos bens comuns e da biodiversidade, seguem em luta por políticas que garantam o acesso, a produção e a vida das populações tradicionais, com valorização da sociobiodiversidade, o uso sustentável dos bens comuns naturais e a conservação dos biomas.

4. POR AUTONOMIA ECONÔMICA, TRABALHO E RENDA

As mulheres seguem sendo mal ou não remuneradas pelo trabalho produtivo, além disso, acumulam todo trabalho doméstico e de cuidados, completamente desvalorizado pela sociedade. Para as Margaridas, autonomia econômica significa ter independência financeira, com capacidade de sustentar a si mesmas e as pessoas que delas dependem; ter acesso a políticas públicas e aos recursos necessários para produzir; ter controle sobre o seu tempo, mas, também, ter o controle sobre o próprio corpo e sua vida.

A luta por trabalho, renda e autonomia econômica para as mulheres do campo, da floresta e das águas passa necessariamente por uma ação do Estado que reconheça e corrija as desigualdades de gênero. Entretanto, o que temos visto nos últimos anos são medidas que seguem na contramão, pois se baseiam: a) na desvalorização da política de salário mínimo; b) no corte orçamentário e desmonte dos programas de fortalecimento da agricultura familiar, especialmente, das ações de organização produtiva das mulheres rurais; c) na precarização dos direitos das(os) trabalhadoras(es), com a aprovação da Reforma Trabalhista – que autoriza, inclusive, mulheres grávidas exercerem trabalho insalubre.

Não dá para calar diante de desigualdades e retrocessos!!! As Margaridas seguem lutando por direitos e políticas que promovam a igualdade de oportunidades, o que inclui o reconhecimento e a divisão justa do trabalho doméstico.

5. POR PREVIDÊNCIA E À ASSISTÊNCIA SOCIAL PÚBLICA, UNIVERSAL E SOLIDÁRIA

A Previdência Social tem sido a política pública de maior impacto econômico e social nos municípios rurais. A Assistência Social, a partir de programas como Bolsa Família, potencializados pelos governos populares, também vinha cumprindo o importante papel na redução das desigualdades, da fome e da pobreza em todo o País. Essas ações cumprem a importante



missão de promover distribuição de renda entre os mais pobres, valorizando o papel das mulheres. O Governo Temer impôs graves cortes ao Programa Bolsa Família, reduzindo drasticamente o número de beneficiadas. Além disso, apresentou uma proposta de Reforma da Previdência que gera perdas às trabalhadoras, sobretudo, às agricultoras familiares e assalariadas rurais. Caso o projeto de reforma não seja aprovado neste ano, o futuro presidente já se posicionou favorável à manutenção de muitos dos pontos propostos.

As mulheres trabalhadoras do campo, da floresta, das águas e da cidade defendem um sistema de Seguridade Social baseado no tripé: Saúde Pública, Previdência e Assistência Social, que seja realmente universal, público e solidário, capaz de redistribuir renda e superar desigualdades.

6. POR SAÚDE PÚBLICA E EM DEFESA DO SUS

A saúde como direito da(o) cidadã(o) e dever do Estado e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) são importantes conquistas constitucionais. Entretanto, o sucateamento da saúde pública, incluindo o de programas como Mais Médicos e Farmácia Popular, tem piorado o acesso aos medicamentos, profissionais e equipamentos públicos de saúde, principalmente no meio rural. É fundamental fortalecer a luta pela revogação da Emenda Constitucional 95, que congela os gastos públicos por 20 anos, impactando, sobretudo, a saúde.

Para as mulheres do campo, da floresta e das águas, falar em direito à saúde é algo fundamental, não só porque diz respeito à promoção da própria saúde e de vida digna, mas também porque é sobre as mulheres que recai os cuidados com a saúde de todos os familiares. São elas que mantêm as vacinas em dia, que enfrentam as filas dos postos médicos, que zelam pela recuperação dos(as) doentes. Assim, se há menos direito à saúde, há mais sobrecarga sobre a vida das mulheres.

Compõe a luta das Margaridas a defesa da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, como política que tem por objetivo garantir atenção à saúde voltada às demandas e realidades vividas pelas mulheres do campo e da cidade, assegurando atendimento humanizado nas diferentes fases da vida. Da mesma forma, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) é uma importante referência para as Margaridas, por reconhecer as especificidades e necessidades em saúde das(os) trabalhadoras(es) rurais, dos povos da floresta e comunidades tradicionais.

Por tudo isso, a Marcha 2019 sai às ruas em defesa do direito à saúde pública e ao SUS!!!



7. POR UMA EDUCAÇÃO NÃO-SEXISTA E ANTIRRACISTA E PELO DIREITO À EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação formal, aquela construída no espaço escolar, tem um importante potencial de transformação da sociedade, capaz de construir relações sociais igualitárias e não preconceituosas. Entretanto, ainda hoje, a escola reproduz, a partir de muitas formas, o sexismo e o racismo.

O atual cenário de retrocesso, ódio e conservadorismo impactam diretamente na educação do País. Por um lado, setores conservadores do Parlamento têm proposto projetos de lei, como o da Escola Sem Partido (Lei da Mordação), que buscam banir das escolas a liberdade de pensamento, a leitura crítica da realidade, chegando ao cúmulo de indicar a retirada da abordagem de gênero do currículo escolar. Por outro lado, com a Emenda Constitucional 95, que prevê o congelamento dos gastos públicos, os investimentos na educação vêm sofrendo enorme redução.

A luta das Margaridas é também pelo direito à Educação do Campo, ou seja, uma educação contextualizada na realidade do campo, da floresta e das águas, com currículo, calendário e conteúdos que valorizem os saberes do povo. O grave cenário de fechamento das escolas rurais, os cortes orçamentários de programas importantes, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e a Licenciatura em Educação do Campo, nos impulsiona a levantar nossas vozes contra estes desmontes.

8. PELA AUTONOMIA E LIBERDADE DAS MULHERES SOBRE O SEU CORPO E A SUA SEXUALIDADE

A cultura patriarcal e machista exerceu, ao longo da história, papel de controle sobre a maneira como mulheres e homens vivem a sua sexualidade, associando-a a reprodução, no caso das mulheres; e à busca do prazer fora dos limites da procriação, no caso dos homens. Esta diferenciação reforça a dominação, subordinação e violência sexual sobre as mulheres, em especial, as negras e indígenas. A valorização da reprodução e da maternidade faz com que as mulheres que optam por não terem filhos sejam discriminadas. Além disso, torna a discussão sobre o aborto um grande tabu.

Muitos conflitos e sofrimentos antecedem a decisão de realizar um aborto, ele é sempre a última alternativa. Mesmo sendo um tema polêmico na sociedade, é preciso tratá-lo tanto na perspectiva da autonomia das mulheres como na relação com a saúde pública, afinal, muitas mulheres, na maioria as mais pobres, morrem por fazer uso de métodos inseguros e procurar clínicas clandestinas. Por todas essas razões, as Margaridas não fogem do debate, lutam para que nenhuma mulher seja maltratada, criminalizada, nem deixada para morrer por ter feito um aborto.

As Margaridas seguem em marcha, lutando por direitos sexuais e reprodutivos que respeitem seu corpo e a livre vivência da sua sexualidade, lhes permitindo decidir, com autonomia, sobre ter ou não filhos, sobre escolher relacionar-se com homens e/ou mulheres e sobre a forma de viver a sua maternidade.



9. POR UMA VIDA LIVRE DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA, SEM RACISMO E SEM SEXISMO

O Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é eixo de denúncia, debate e proposição da Marcha das Margaridas ao longo de 18 anos. Toda violência tem a intenção de comprometer a liberdade e a autonomia das mulheres, sendo as rurais, as negras e as indígenas as suas principais vítimas.

A violência contra as mulheres se expressa de muitas formas, desde ameaças morais e psicológicas, até agressões físicas, feminicídio, estupro, tráfico de meninas, esterilização forçada, lesbofobia, negação do aborto seguro e de práticas reprodutivas, assédio moral, entre outras. Construir formas de enfrentamento aos diferentes tipos de violência passa por demandar ao Estado que ele assuma a responsabilidade de garantir o bem-estar às mulheres.

A violência sexista se expressa tanto no ambiente familiar (quando praticada por alguém que tem parentesco ou alguma relação de afeto com a vítima) quanto nos espaços públicos e de participação política, seja nos locais de trabalho, nas cooperativas, ou mesmo nos sindicatos. Nesse último caso, são comuns práticas de assédio moral e sexual e atitudes de desqualificação e desrespeito.

Embora seja responsável por criar mecanismos de superação das formas de violência contra as mulheres, o Estado brasileiro, por vezes, reforça mecanismos de punição das próprias vítimas. Prova disso é a tramitação do Projeto de Lei (PL) 6055, apresentado desde 2013 por um conjunto de parlamentares, dentre eles Jair Bolsonaro, que proíbe o atendimento médico às vítimas de abuso sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS), direito garantido desde 2013 pela Lei 12.845.

As Margaridas seguem em marcha denunciando a violência patriarcal, machista e racista que atinge cotidianamente as mulheres, ferindo-as física, emocional e psicologicamente, além de deixar traumas permanentes.



10. POR DEMOCRACIA COM IGUALDADE E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

Quando falamos em democracia estamos tratando sobre o poder do povo em decidir e participar das decisões sobre os rumos do País. A democracia é uma grande conquista popular. Depois de 21 anos de autoritarismo e tortura exercida pela ditadura militar, a luta do povo brasileiro garantiu, nos anos 80, o direito de votar e ser votado. Entretanto, não basta ter eleições para ter democracia. A participação popular nas decisões do País, a liberdade de pensamento e a livre organização são alguns dos princípios que devem ser assegurados por países verdadeiramente democráticos. Nestas eleições foi possível ver algum grau de reforço a candidaturas que exaltavam torturadores, racismo, machismo e que se posicionavam contra movimentos e lutas populares. Diante disso, é fundamental reforçar a luta em defesa dos princípios e instituições democráticas.

A participação das mulheres, negros(as) e indígenas é também valor essencial para a democracia. As mulheres são a maior parcela da população, mas são minoria nos espaços de poder. Em 2018, houve um leve aumento do número de mulheres eleitas no Congresso Nacional, passando de quase 10% para 15% de representantes legislativas. Outro dado é que a maioria dos parlamentares eleitos são homens brancos, empresários ou aliados aos seus interesses. Por isso, permanece como desafio constituir poderes verdadeiramente representativos da diversidade e dos interesses do povo brasileiro.

Junte a mulherada! Debatam sobre cada um dos 10 eixos políticos a partir das seguintes questões:

- Qual a realidade vivida pelas mulheres do campo, da floresta e das águas em sua localidade?
- Como as mulheres têm enfrentado os desafios e as dificuldades na atual conjuntura?
- Que propostas podem ser apresentadas para superar os problemas identificados?
- Quais as questões específicas vividas pelas mulheres jovens, da terceira idade, negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras e extrativistas?



CONHEÇAM AS NOSSAS PARCEIRAS



“A Marcha Mundial das Mulheres é parceira da Marcha das Margaridas desde 2000 e esta parceria se dá pela convicção de que a auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais: do campo, da floresta, das águas, indígenas e quilombolas é fundamental para o fortalecimento do movimento e para a construção de uma plataforma política que tenha como perspectiva o fim da pobreza e da violência sexista, em busca de justiça, igualdade e autonomia para todas as mulheres.”
(Marcha Mundial das Mulheres - MMM)

“As mulheres rurais, com suas lutas e organização, alimentam e fortalecem, desde muitos anos, o feminismo brasileiro. Nossa participação como parceira da Marcha das Margaridas tem sido, para nós da AMB, uma valiosa experiência de diálogo, aprendizado e intercâmbio entre feministas. Entendemos que construir coletivamente esta que é a maior manifestação de mulheres do País é uma demonstração da força de luta e resistência das mulheres em defesa de políticas para igualdade, antirracistas e em favor da agricultura e modos de vida sustentáveis.”
(Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB)

“Como a UBM, as Margaridas também lutam contra todas as formas de discriminação, opressão e violência contra a mulher produzida pelo capitalismo e patriarcado, evidenciando seu caráter emancipatório. Que as mulheres do campo e da floresta ampliem suas conquistas e que o seu exemplo inspire as mulheres da cidade a lutar, ainda mais, por um novo mundo sem opressões.”
(União Brasileira de Mulheres - UBM)

“Nós, trabalhadoras rurais do Nordeste brasileiro, apostamos na Marcha das Margaridas para que sejamos reconhecidas enquanto sujeito político e para garantir a incidência política que desejamos. Lutamos por democracia e para que nossa representação nos diversos espaços de poder seja a representação da diversidade da sociedade brasileira. A Marcha mostra o poder da organização, da consciência e a agenda política das trabalhadoras rurais do Brasil. Nós nos mobilizamos para construir um novo Brasil com justiça, paz, igualdade e superação de todas as formas de discriminação.”
(Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste - MMTR-NE)

“O MIQCB integra a Marcha das Margaridas, pois acredita na força política dos movimentos que fazem parte desse lindo ato de luta e de resistência. Esse momento é muito importante para pausar a luta das quebradeiras de coco babaçu livre, pela garantia e cuidado dos nossos territórios, pela soberania alimentar, pela autonomia, pelo bem viver e pela afirmação de nossa identidade. Seguiremos cantando e agindo, em defesa da vida, da Amazônia, do Cerrado e das Águas!!! Viva a luta das quebradeiras de coco babaçu!!!”

(Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB)

“Estamos juntas para somar esforços em prol das pessoas do campo, da floresta e das águas com esperança de vencermos e continuarmos nossas lutas em busca de dias melhores para todas nós.” **(Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS)**

“O MAMA integra a Marcha das Margaridas e juntas fortalecem a luta das mulheres amazônicas por meio da troca de experiências, união de esforços e mobilização para conquistar direitos, equidade entre os gêneros, e qualidade de vida. A Marcha das Margaridas tem garantido grandes debates, tanto nos processos de formação quanto no enfrentamento político. A forma compartilhada da sua construção tem garantido a horizontalidade sem retirar a autonomia dos grupos que a compõe, fortalecendo o vínculo e respeito por todos os movimentos.” **(Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia – MAMA)**

“Nós, do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, lutamos pelo reconhecimento e pela valorização do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres trabalhadoras rurais, pela divisão justa do trabalho doméstico, pelo direito a um mundo sem violência contra



as mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades, sem racismo e sem LGBTfobia, pelo direito ao consumo saudável e aos cultivos livres de transgênicos e agrotóxicos. Por isso, fazemos parte da construção da Marcha das Margaridas porque acreditamos que a mobilização das mulheres trabalhadoras rurais por esses e outros direitos é legítima, justa e necessária para fazer valer o direito das mulheres diante desse cenário brutal de perda de direitos de agricultoras(es) familiares, das mulheres, negras(os), indígenas, dos povos e comunidades tradicionais, da classe trabalhadora e das classes mais pobres.” **(GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia)**

“A Unicafes Nacional, através da Secretaria Nacional de Mulheres, apoia a Marcha das Margaridas por entender que precisamos ampliar o debate do empoderamento das mulheres por meio das cooperativas da agricultura familiar e economia solidária.” **(União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Unicafes)**

“Nós, mulheres da Coprofam, apoiamos e integramos a Marcha das Margaridas porque ela unifica a nossa luta pelo direito a uma vida digna e sem violência, e pelo reconhecimento e valorização do trabalho produtivo e reprodutivo que realizamos na família e na sociedade em que vivemos. A Marcha das Margaridas é o caminho que organiza, mobiliza e dá força para as mulheres exigirem do Estado mais respeito e dignidade, reivindicando a instituição de programas e políticas públicas que atendam nossas demandas e necessidades. Por isso, marchamos junto com outras Margaridas!” **(Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Camponeses e Indígenas do Mercosul Ampliado – Coprofam)**

“A CONTAR integra a Marcha das Margaridas para somar e fortalecer a luta pela defesa dos direitos das trabalhadoras rurais. Essa parceria se dá por entendermos que a unidade é o caminho para a construção de um País onde as mulheres são reconhecidas pelo seu trabalho e tratadas com dignidade, sem sofrer qualquer forma de violência ou discriminação.” **(Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados e Assalariadas Rurais – CONTAR)**



“Nós, mulheres extrativistas da Confrem Brasil, apoiamos e identificamos a Marcha das Margaridas como marco na história das mulheres do campo, da floresta e das águas na luta pela garantia de direitos e reconhecimento da mulher trabalhadora.” **(Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiros e Marinhos – Confrem Brasil)**

“Nós, da CONAQ, entendemos que a luta contra o racismo, violência contra as mulheres e pela titulação dos territórios Quilombolas é uma luta de todas.” **(Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ)**

“Nós, do Movimento de Mulheres Camponesas, temos a leitura de que vivemos em um país que tem implementado uma agenda de retrocessos para a classe trabalhadora no campo e na cidade. É nessa realidade que nós, mulheres camponesas, temos visto as vidas das mulheres sendo altamente atingidas, seja pela volta da fome, pela falta de políticas públicas ou pela violência. Nesse sentido, entendemos que é hora de ampliar a unidade em torno da defesa da democracia e dos nossos direitos enquanto mulheres do campo, e, por isso, integramos a Marcha das Margaridas. Entendemos, ainda, que essa é a hora de construirmos uma compreensão política comum, em especial nas ações práticas de organização, luta e enfren-

tamento de retrocessos. A história das mulheres mostra que juntas somos fortes!” **(Movimento de Mulheres Camponesas - MMC)**

“A CTB traz em sua origem e formação a significativa presença das trabalhadoras e trabalhadores do campo. Como parceira na coordenação da 6ª Marcha das Margaridas, em 2019, tem atuado para ampliar os direitos das trabalhadoras rurais e construir um projeto de desenvolvimento com valorização do trabalho para a classe trabalhadora, com autonomia econômica e finan-

ceira e políticas públicas para o campo que valorizem as mulheres. A Central é contra toda e qualquer forma de discriminação e violência, defende políticas inclusivas e igualitárias, entre homens, mulheres, jovens e idosos, o fortalecimento da agricultura familiar, a reforma agrária e é contra o uso indiscriminado dos agrotóxicos. A CTB acredita que só uma frente ampla pode combater essa realidade perversa e conclama a todas e todos para a retomada da democracia e da soberania nacional.” **(Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB)**

“A CUT está com a Marcha das Margaridas por entender a sua importância para a organização das mulheres do campo, da floresta e das águas e por compartilhar dos mesmos ideais de igualdade e liberdade. Esta organização coletiva retira as mulheres da invisibilidade e potencializa a retomada das políticas públicas voltadas a sua autonomia política e econômica. Marchamos juntas, mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades, por um país que respeite a democracia e a liberdade e que a Justiça e a Igualdade sejam um direito de todas(os). Marchamos por um país que valorize o trabalho das mulheres na produção e reprodução da vida, do saber, das tradições e da cultura, e para que o Estado seja o promotor da igualdade e não das desigualdades.” **(Central Única dos Trabalhadores - CUT)**

QUE ATIVIDADES PODEMOS REALIZAR?



Não existe uma receita pronta para construir a Marcha das Margaridas... a criatividade e a ousadia de cada mulher ou grupo é o que prevalece. Porém, para alcançar nossos objetivos e metas, sugerimos abaixo algumas importantes ações a serem levadas em conta nos processos de mobilização nos âmbitos locais, municipais e estaduais:

Sugestão 1: Discutir a proposta política da Marcha das Margaridas 2019 com as Diretorias dos Sindicatos e FETAGs e com as Coordenações de Polos/Regionais. Esse é um momento de convencimento e de sensibilização. O apoio de todas as mulheres e homens dirigentes é importante, pois a Marcha deve ser um compromisso do conjunto do MSTTR.

Sugestão 2: Criar comitês de construção da Marcha das Margaridas 2019 nos estados e municípios para debater e planejar as ações locais de formação, articulação e mobilização, junto às organizações parceiras e apoiadoras.

Sugestão 3: Debater a proposta política da Marcha nos espaços de decisão (conselhos e assembleias de STTRs), bem como discutir a melhor maneira de cada Sindicato se organizar, para realizar as ações de mobilização da base e trazer mulheres trabalhadoras rurais para a Marcha, em Brasília. Uma dica importante é discutir nestes espaços o rateio das despesas.

Sugestão 4: Realizar reuniões e encontros com diversos grupos de mulheres (jovens, idosas, assalariadas, agricultoras familiares, sem-terra, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, etc.), bem como visitas às comunidades para animar e envolver as mulheres na construção da Marcha das Margaridas 2019. É fundamental que estes encontros sejam bem participativos, estimulando o debate sobre a realidade vivida pelas mulheres do campo, da floresta e das águas na atual conjuntura do País e relacionando estas questões ao caráter, aos eixos e aos desafios de construção da Marcha.

Sugestão 5: Realizar, de forma criativa, ações de mobilização que envolvam comunidades, linhas, povoados, ramal, sítios, assentamentos, municípios e estados - como caravanas, mutirões, atos públicos, marchas, paralizações de rodovias, panfletagens, entre outras - que nos permitam dialogar com a sociedade sobre os motivos que levam as Margaridas a marcharem em 2019. É momento de apresentarmos os eixos políticos que integram a Plataforma Política da Marcha das Margaridas 2019. Os processos de mobilização também devem aproveitar os espaços abertos pelo “8 de março” e as parcerias com organizações que lutam ao nosso lado, como centrais sindicais, movimentos de mulheres, feministas, organizações não-governamentais, associações, cooperativas, igrejas, pastorais, etc.

Sugestão 6: Divulgar a Marcha na base aproveitando todos os espaços do MSTTR (assembleias, conselhos, encontros, reuniões, Grupos de Estudos Sindicais-GES, seminários, etc.).

Sugestão 7: Divulgar a Marcha na sociedade em geral, utilizando os materiais disponíveis: programas de rádio, rádios comunitárias, jornais, escolas, igrejas, etc.

Sugestão 8: Realizar atividades diversas para arrecadar recursos financeiros, produzindo materiais para a venda e divulgação da Marcha, como: broches, adesivos, lencinhos, canecas, canetas, livretos com poesias das trabalhadoras rurais, lembrancinhas artesanais (de palha, sisal, cerâmica, tecidos, etc.); ou promovendo diferentes atividades, como a realização de bingos, leilões, sorteios, rifas, festas, confecção de livro de ouro, para receber apoio financeiro de pessoas amigas, parentes, comerciantes locais, etc.

Anime os grupos de mulheres em sua comunidade, sindicatos, federações, igrejas, pastorais, entidades, movimentos, entre outros, e participe das atividades da Marcha das Margaridas 2019.

Contamos com toda força e energia de vocês!!!

NOSSA AGENDA DE ATIVIDADES:

Como sabemos, o processo de construção da Marcha se dá de forma descentralizada, a partir da reunião e força das mulheres em seus territórios. Dessa forma, compartilharemos, a seguir, parte das atividades de mobilização, debate e proposição prevista para a Marcha das Margaridas 2019:

Março/2018

Primeira chamada da Marcha das Margaridas 2019 – a partir das ações do 8 de Março, Dia Internacional de Luta das Mulheres.

Julho a Agosto/2018

Caravanas Estaduais das Margaridas.

Julho/2018, Dezembro/2018 e Fevereiro/2019

Curso Nacional de Formação das Mulheres Lideranças do MSTTR.
Eixo temático: feminismo, gênero e ação sindical.

Março/2019

Mês de mobilização pelo Dia Internacional da Mulher com atos públicos, ações unificadas, incluindo formação e divulgação da Marcha das Margaridas desde as comunidades.

Abril

Ações de mobilização formação e divulgação da Marcha das Margaridas desde as comunidades.

Maio e Junho/2019

Encontros Regionais das Margaridas - para aprofundamento do debate e construção da Plataforma Política das Margaridas.

Agosto/2019

Marcha das Margaridas, dias 13 e 14, em Brasília – manifestação, reunindo as mulheres do campo, da floresta, das águas e da cidade de todo o Brasil.





REALIZAÇÃO:



APOIO:

